

BOLETIM 799

Brasília, 29 de maio de 2019



Setor do transporte aprova adesão à Greve Geral no dia 14 de junho

Sindicatos e federações do setor do transporte se reuniram com dirigentes das centrais sindicais no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, e aprovaram a mobilização da categoria para a Greve Geral dos trabalhadores convocada para o dia 14 de junho.

“A reunião do setor de transportes ocorrida no Sindicato dos Metroviários nesta segunda-feira foi mais um passo importante rumo à Greve Geral para derrotar a reforma da Previdência e apontou diversas iniciativas preparatórias para fazermos um grande dia de luta”, destacou o coordenador geral do Sindicato dos Metroviários, Raimundo Cordeiro.

“O governo gasta muito dinheiro com várias fake news de que a reforma seria a saída para a grave crise, assim como diziam que a reforma

trabalhista geraria mais empregos e o que aconteceu foi justamente o contrário”, completou. Metroviários, rodoviários, ferroviários e outros setores, aprovaram a paralisação contra a reforma da Previdência. As entidades também denunciam o alto desemprego e os cortes do governo na Educação.

Entre as propostas aprovadas na reunião está a convocação de uma nova Plenária nacional, no próximo dia 5 de junho, em Brasília, intensificar a coleta de abaixo-assinados contra a reforma da Previdência, e a distribuição de cartas à população nas estações de metrô e trem convocando a população a participar da Greve Geral.

Além do próprio Sindicato dos Metroviários SP, estavam na reunião os rodoviários (SP, Guarulhos, Santos, Sorocaba e ABC), ferroviários Central do Brasil-SP, trabalhadores em transporte de aplicativos de SP, Sindicato dos Metalúrgicos (SP), Sindicato dos Trabalhadores da Fiscalização dos Transportes (SP), Sindicato de Trabalhadores em Transporte de Carga (SP), Federação dos Trabalhadores dos Transportes (SP), Federação Nacional dos Metroviários, Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre e Logística, assim como as Centrais Sindicais, Força Sindical, CTB, CGTB, CUT, Intersindical, NCST e CSP-Conlutas, entre outras entidades.

Os trabalhadores do transporte também aprovaram total apoio às manifestações contra os cortes na Educação marcadas para o próximo dia 30 de maio.

Fonte: Portal HP

Taxa de desemprego na Grande São Paulo aumenta pelo 2º mês

A taxa de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo aumentou de 16,1%, em março, para 16,7%, em abril.

Os dados, divulgados nesta terça-feira (28), são da Pesquisa de Emprego e Desemprego, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e do Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Seade-Dieese). O total de desempregados foi estimado em 1.872 mil pessoas, 100 mil a mais do que no mês anterior.

Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto aumentou de 13,5% para 13,9% e a de desemprego oculto passou de 2,6% para 2,8%. A taxa de desemprego total é composta pela soma das taxas de desemprego aberto e oculto. A taxa de desemprego aberto contabiliza pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias anteriores à entrevista.

Já a taxa de desemprego oculto corresponde a pessoas cuja situação de desemprego está oculta pelo trabalho precário, conhecido como bico, ou pelo desalento; sendo que não houve procura de trabalho nos últimos 30 dias, e, sim, nos últimos 12 meses anteriores à entrevista.

Nível de ocupação - Segundo a pesquisa, o resultado decorreu do aumento insuficiente do nível de ocupação (geração de 105 mil postos de trabalho, ou 1,1%), para absorver a expansão da População Economicamente Ativa (205 mil pessoas se incorporaram à força de trabalho da região, ou 1,9%).

O contingente de ocupados foi estimado em 9.339 mil pessoas. Houve diminuição do emprego assalariado (-1,3%), resultado da retração do assalariamento com carteira de trabalho assinada no setor privado (-2,2%), parcialmente compensada pelo aumento do assalariamento sem carteira assinada (3,6%).

A pesquisa constatou aumento nos contingentes de autônomos (9,6%), empregados domésticos (1,0%) e aqueles classificados nas demais posições (4,5%) – composto por empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e profissionais liberais.

Entre fevereiro e março de 2019, permaneceu relativamente estável o rendimento médio real dos ocupados (-0,1%) e elevou-se o dos assalariados (1,0%), que passaram a ser estimados em R\$ 2.100 e R\$ 2.208, respectivamente.

Fonte: Agência Brasil

Confiança do empresário da indústria cai 0,7 ponto

O Índice de Confiança da Indústria, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 0,7 ponto de abril para maio. Com a queda, o indicador passou para 97,2 pontos, em uma escala de zero a 200.

A confiança caiu em dez dos 19 segmentos industriais pesquisados pela FGV. A queda foi puxada pelo recuo de 1,5 ponto do Índice de Expectativas, que mede a confiança dos empresários no futuro: passou para 95,9 pontos. A principal influência veio da perspectiva de contratações do setor nos próximos três meses, que diminuiu 3,6 pontos.

Fonte: Agência Brasil



Presidentes dos três Poderes vão lançar pacto com metas econômicas

Os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal (STF), Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre e Dias Toffoli, reuniram-se nesta terça-feira (28) com o presidente Jair Bolsonaro para discutir a assinatura, no mês que vem, de um pacto de entendimento com metas econômicas.

Segundo Maia, o texto está organizado e vai ser levado aos líderes partidários da Câmara. “Preciso respaldar minha decisão ouvindo os líderes, pelo menos a maioria, para assinar em nome da Câmara”, destacou.

De acordo com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que participou da reunião, o Brasil vive uma grave crise e, por essa razão, é preciso manter o diálogo entre os Poderes. “O esforço de todos é ver o Brasil daqui a um ano como um país que cresce. Claro que o texto vai ser construído de comum acordo. Temos um texto-base e vai ser costurado”, disse ele, sem detalhar a proposta.

Fonte: Agência Câmara

Maia pede parecer antecipada sobre reforma

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, vai pedir ao relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), que apresente seu parecer antes da data prevista (15 de junho). Segundo Rodrigo Maia, é preciso encurtar o prazo da votação, para que o texto não fique muito no limite no final do semestre.

“Sou otimista. Precisamos terminar essa matéria na Câmara no primeiro semestre, e seria bom que a gente conseguisse antecipar em uma semana, ou cinco dias, para ter mais tempo para votação na comissão e no Plenário se não vai ficar muito apertado”, disse.

Fonte: Agência Câmara

Cármem Lúcia suspende decisão que autorizava desconto sindical em folha

Cabe ao trabalhador decidir sobre desconto de contribuição sindical, e não a assembleia de classe. Assim entendeu a ministra Cármem Lúcia, do STF, ao suspender acórdão do TRT-4 que determinou que uma empresa descontasse a contribuição sindical dos trabalhadores, sem a autorização. O argumento do tribunal regional foi de que a assembleia geral supriria a necessidade de autorização prévia do empregado.

Na liminar desta sexta-feira (24/5), a ministra considera que o entendimento de que a assembleia geral "preenche os requisitos legais que justificam a determinação de seu recolhimento" diverge do que a Corte fixou na ADI 5.794, que declarou constitucional o fim da contribuição sindical obrigatória.

Mudança nas regras de reajuste do mínimo preocupa debatedores

Participantes de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal mostraram-se preocupados com uma possível mudança na política de reajuste do salário mínimo. Eles temem prejuízos no ganho real e o conseqüente empobrecimento dos trabalhadores brasileiros. O assunto foi debatido nesta terça-feira (28) no colegiado, a pedido do seu presidente, senador Paulo Paim (PT-RS).

Atualmente, de acordo com a legislação (Lei 13.152, de 2015), o valor do mínimo deve ser reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores. O governo pretende usar como parâmetro apenas a inflação, o que para representantes sindicais significa retrocesso numa política pública que vem dando certo. O mínimo hoje é de R\$ 998, e a regra atual foi fixada por lei a partir de 2007 e foi sendo prorrogada desde então, mas a última lei, de 2015, só previa reajustes por essas regras até 2019.

O técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clóvis Scherer, lembrou que nos últimos dois anos está havendo aumento da pobreza no país e o agravamento na concentração de renda. Ele também destacou o longo caminho percorrido até a adoção da fórmula de cálculo atual.

— Foram várias marchas a Brasília realizadas a cada ano, entre 2004 e 2009, que trouxeram como ponto principal a necessidade de erguer o valor do mínimo e levá-lo a um patamar de dignidade. Na América do Sul, a maioria dos países está com salários mínimos em patamares superiores ao nosso.



Nada fizemos além de recuperar um nível de renda que já foi alcançado no país anteriormente — avaliou.

Defesa conjunta - A representante do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho, Mônica Damous Duailibe, destacou a importância do salário mínimo e a necessidade de sua valorização.

— De 2002 a 2014, o número de empregados formais no Brasil cresceu de 23 milhões para 39 milhões e foi justamente o período de maior valorização do salário mínimo — ressaltou.

Já a presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Aparecida Garcia Porto, destacou o papel do Judiciário na aplicação das regras sobre o salário mínimo.

— Estamos dispostos a fazer o que é nosso papel constitucional, que é de atuar como guardiões da Constituição e dar efetividade ao que diz respeito aos direitos sociais que se vinculam ao mundo do trabalho — avaliou.

Para a senadora Zenaide Maia (Pros-RN), uma perda do poder aquisitivo dos trabalhadores teria consequência imediata na economia: — Isso não é questão de partido. É uma questão de país. Se você tira o poder de compra, tira o poder de venda. Se o comércio não vende, a indústria não produz e o governo não arrecada — avaliou.

Fonte: Agência Senado



Mudança na tramitação de MPs pode ser votada nesta semana

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que pretende pautar ainda nesta semana a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 70/11, que modifica o prazo de tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional. Ele quer dar início às discussões do texto já nesta quarta-feira (29).

Rodrigo Maia disse que a proposta não retira nenhuma prerrogativa do governo federal para edição das MPs. A PEC prevê 80 dias para a Câmara e 30 para o Senado analisarem as Medidas Provisórias e extingue as comissões mistas de deputados e senadores, que atualmente analisam as propostas e as remetem para o Plenário da Câmara.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS